

Universidade Federal do Pampa

Trabalho Final de Graduação

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: DESVELANDO
O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA**

**Acadêmico: Juliano Rosa dos Santos
Orientadora: Prof^aDr^a Laura Regina da Silva C. M. da
Fonseca**

**SÃO BORJA/RS
2014**

JULIANO ROSA DOS SANTOS

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: DESVELANDO O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA

Trabalho de Conclusão de curso apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Laura Regina da Silva C. M. da Fonseca

SÃO BORJA

2014

JULIANO ROSA DOS SANTOS

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: DESVELANDO O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA

Trabalho de Conclusão de curso apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 24 de março de 2014.

Banca examinadora:

Profª Drª Laura Regina da Silva C. M. da Fonseca

ORIENTADORA

UNIPAMPA

Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

UNIPAMPA

Profª Me. Jaina Raqueli Pedersen

UNIPAMPA

*Dedico este trabalho a toda a minha família,
pois independente de tudo sempre estiveram
ao meu lado, lutando e me apoiando.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram e fazem parte desta minha trajetória acadêmica! A todos que sempre me incentivaram e mesmo estando perto ou longe acreditaram em mim, me dando forças para continuar.

A minha mãe Joice Rosa dos Santos, que sempre esteve ao meu lado, obrigado por todo amor, esforço e carinho.

Ao meu padrasto Floriseu Gonçalves Amaral, pela amizade e compreensão.

A minha esposa Anice Martins, mulher guerreira, que sempre ao meu lado nunca permitiu que eu desistisse, obrigado pela compreensão, amor e carinho.

A minha filha Alice Martins dos Santos, que em meio a trajetória acadêmica veio para contemplar minha alegria, me dando assim mais forças para continuar, obrigado filha pelo carinho e todo amor.

A minha irmã Márcia Fabiana Rosa Fleck, que sempre batalhou junto comigo para que eu chegasse até aqui, e caminhou passo a passo comigo obrigado pelo amor, carinho e compreensão.

A minha avó Clair (in memoriam) e meu avô Virgílio (in memoriam) pelo exemplo de vida e amor.

Aos meus tios e tias, primos, sobrinha, cunhado obrigado por toda compreensão.

Aos meus amigos que sempre estiveram comigo nessa caminhada, muito obrigado.

Aos meus colegas de turma meu muito obrigado pelo companheirismo e amizade esses anos todos.

Aos integrantes do Núcleo de Desenvolvimento Educacional, muito obrigado pelo acolhimento e por todo trabalho realizado em conjunto.

Aos docentes da UNIPAMPA, obrigado pela dedicação e ensinamentos em todos esses anos.

A todos Técnicos administrativos da UNIPAMPA, obrigado por seus serviços prestados ao longo desses anos.

"Acreditamos que a educação
sozinha não transforma a
sociedade, sem ela tampouco a
sociedade muda.
Se a nossa opção é progressiva,
se estamos a favor da vida e não
da morte, da equidade e não da
injustiça, do direito e não do
arbítrio, da convivência com o
diferente
e não de sua negação, não temos
outro caminho se não viver a
nossa opção.
Encarná-la, diminuindo, assim, a
distância entre o que dizemos e o
que fazemos"

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação caracteriza-se por um Relatório Teórico Prático, considerando a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, realizado junto ao NuDE da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), tendo como objetivo geral desvelar o processo de trabalho do Assistente Social na UNIPAMPA campus São Borja. Para a construção deste trabalho, realizou-se pesquisa bibliográfica a partir de autores que problematizam o processo histórico da política educacional brasileira, considerando que o presente trabalho resulta da experiência de estágio, onde também foi realizado levantamento documental a partir dos documentos de estágio além de documentos institucionais, como resoluções, legislações, relatórios de gestão sobre a UNIPAMPA. Nesse sentido o trabalho faz um resgate dos principais momentos da história da política educacional. Na sequência são abordados conceitos sobre educação e Serviço Social. Logo após é aprofundada a discussão em torno da Assistência Estudantil e como ela esta organizada hoje especificamente no campus São Borja e por fim procura-se apontar o processo de trabalho do Assistente Social na UNIPAMPA campus São Borja, destacando assim o agir profissional além da sistematização teórico-prática que permeiam esse espaço sócio-ocupacional.

Palavras-Chave: Educação Superior. Assistência Estudantil. Processo de Trabalho. Serviço Social

ABSTRACT

This Final Graduate Work is characterized by a Theoretical Practice Report , considering the experience Supervised Training in Social Work I and II , conducted by the Social Service of the Federal University of Pampa (UNIPAMPA) , having as main objective to unveil the process of Social work Assistant in San Borja UNIPAMPA campus . For the construction of this work , we performed literature from authors that question the historical process of the Brazilian educational policy research , whereas this work results of internship experience , which was also conducted archival work from the internship documents beyond institutional documents, such as resolutions , laws , management reports on the work makes sense UNIPAMPA.Nesse a ransom of key moments in the history of educational policy . Following concepts of education and social work are discussed . Shortly after thorough discussion is around the Student Assistance and how it is organized today specifically in São Borja campus and ultimately looking to point the working process of the social worker in San Borja UNIPAMPA campus, thus underscoring the professional act beyond the systematization theoretical and practical permeating this socio- occupational space.

Keywords : Higher Education . Student assistance. Work Process .social Work

LISTA DE SIGLAS

ABPESS - Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAP - Coordenadoria de Apoio Pedagógico

CONCUR - Conselho Curador

CONSUNI - Conselho Universitário

DA - Diretório Acadêmico

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pro-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional

|

OMC - Organização Mundial do Comércio

PBDA - Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico

PBP – Programa Bolsas de Permanência

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PRE - Pró-Reitora de Extensão

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

RU – Restaurante Universitário

SISU - Sistema Único de Seleção

UFPel - Universidade Federal de Pelotas

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL	14
2.1 A trajetória da Educação Superior no Brasil.....	14
2.2 Serviço Social e Educação.....	21
3 SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	27
3.1 Assistência Estudantil.....	27
3.2 UNIPAMPA e Assistência Estudantil.....	35
4 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS SÃO BORJA	41
4.1 O Serviço Social Hoje.....	41
4.2 O Serviço Social na UNIPAMPA campus São Borja: Desvelando o processo de trabalho.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Considerando o Regulamento Interno do Curso de Serviço Social para Trabalho Final de Graduação, o presente Trabalho Final de Graduação caracteriza-se por um Relatório Teórico Prático, visto que parte da experiência do estágio supervisionado em Serviço Social I e II, realizado junto à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja.

A realização do estágio se deu no Núcleo de desenvolvimento Educacional (NuDE), onde juntamente com os profissionais e os usuários buscou-se visualizar e compreender a política educacional e a política de assistência estudantil, bem como o processo histórico de ambas.

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar a discussão sobre educação e Serviço Social, além de discutir os elementos do processo de trabalho do Assistente Social na UNIPAMPA Campus São Borja.

Para a elaboração utilizou-se como técnica o levantamento bibliográfico e documental (GIL, 2008) referentes às temáticas abordadas, relacionando-as junto aos conhecimentos adquiridos durante a graduação, e no estágio supervisionado com o intuito de alcançar os objetivos propostos.

Como referências documentais e bibliográficas, foram utilizados artigos, livros e teses relativos às temáticas de assistência estudantil e educação superior no Brasil, como também legislações pertinentes ao tema, oriundas do Governo Federal Brasileiro, do Conselho Federal de Serviço Social e da UNIPAMPA. Estes dados foram coletados no período da graduação e de realização deste trabalho, relacionando a teoria social crítica, oriunda da formação profissional em Serviço Social, com a prática profissional.

O trabalho está estruturado em três capítulos que sistematizam o conhecimento acumulado durante a graduação em Serviço Social, além de ser aprofundado por meio de pesquisa bibliográfica a partir de autores com relevância teórica no que se refere à temática em questão. Além disso, é realizado levantamento documental a partir da documentação elaborada para a disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, a exemplo de Análise Institucional, Projeto de Intervenção, Relatórios de Estágio e diários de Campo.

No primeiro capítulo é realizado um resgate da política educacional mostrando seus principais aspectos de surgimento até os dias atuais, perpassando pelas principais

legislações que balizam essa política e discutindo possíveis rumos da educação superior no Brasil.

No próximo capítulo, procura-se discutir a política de assistência estudantil, e como ela está organizada na UNIPAMPA, além disso realiza-se um enfoque geral sobre as novas legislações e decretos que venham contribuir com a Assistência Estudantil.

No último capítulo, procura-se relacionar o processo de trabalho do Assistente Social com o estágio realizado no Núcleo de Desenvolvimento Educacional da UNIPAMPA campus São Borja.

E por fim as considerações finais, que faz um apanhado geral do trabalho e algumas proposições em relação à assistência estudantil.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

O primeiro capítulo desse trabalho faz uma análise da trajetória e do contexto histórico da educação superior no Brasil, além disso traz uma reflexão sobre o trabalho do Serviço Social na educação superior apontando algumas tendências dessa política no contexto atual.

2.1 A trajetória da Educação Superior no Brasil

A análise da história do Brasil é importante para caracterizar e explicar a política de educação neste país capitalista e dependente como o Brasil. Nesta história, podemos distinguir períodos que, em grande parte, acompanham as transformações políticas que ocorrem no país.

Para se entender a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil devemos remontar as origens do ensino superior e da universidade no nosso país e abordar algumas conceituações que perpassam esses temas.

Algumas características importantes marcam o desenvolvimento do ensino superior no Brasil como seu caráter tardio, pois as primeiras instituições de ensino superior são criadas apenas em 1808, período monárquico, que vai até o início da República, em 1889. É caracterizado pela implantação de um modelo de escolas autônomas para formação de profissionais liberais, de exclusiva iniciativa da Coroa. A política da coroa portuguesa sempre foi a de impedir a formação de quadros intelectuais nas colônias, concentrando na Metrópole a formação de nível superior. Mesmo a iniciativa jesuíta de estabelecer um seminário que pudesse formar um clero brasileiro, foi destruída, com boa parte do pouco ensino organizado que então havia na colônia, quando ocorreu a expulsão da Companhia de Jesus, efetuada pelo Marquês de Pombal no final do século XVIII.

No tempo do Brasil colônia de Portugal, o desenvolvimento do ensino superior se deu de forma atípica se comparado a outros países latino-americanos. A história mostra-nos que, nas colônias espanholas, desde o século XVI, foram criadas universidades.

No Brasil colônia, porém, o ensino superior só foi implantado três séculos depois, ou seja, em meados do século XIX, e a primeira universidade foi fundada somente em meados do século XX. A resistência à universidade, principalmente por parte dos governantes, também encontrou eco no Brasil República, reproduzindo as idéias do

período anterior quanto à implantação e à necessidade de uma universidade em território brasileiro.

Teixeira (2005, p.195) deixa claro que não houve real empenho do imperador em instituir qualquer universidade no Brasil. Houve apenas a intenção, mas não a ação, postergando para o século XX, da implantação dessa instituição.

Até o final deste período, não há universidades no Brasil, apenas escolas superiores autônomas centradas em um curso. Não houve então nenhuma preocupação e nenhum interesse em criar uma universidade. O que se procurava era formar alguns profissionais necessários ao aparelho do Estado e às necessidades da elite local, como advogados, engenheiros e médicos.

Outro período, que abrange toda a Primeira República, de 1889 a 1930, o sistema se descentraliza e, ao lado das escolas federais, surgem outras, tanto públicas (estaduais ou municipais), quanto privadas. A década de 20 presenciou um grande movimento de modernização do país. Ao lado da urbanização e de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural.

A bandeira da reforma educacional foi apropriada e reformulada pelo Governo Vargas, que se instalou em 1930, marcando o fim da Primeira República e o início do chamado Estado Novo.

As primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 30 do século XX. Em 1927, foram criadas duas Faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda.

Já o conceito de universidade estaria associado ao de ensino superior, porém agregando outros valores, pois essa instituição “[...] é acima de tudo, um centro de estudos e de elaboração do conhecimento constante de livros [...]”, tal como se costuma realizar naquelas instituições que não abarcam os valores e práticas características da universidade (TEIXEIRA, 2005, p. 175).

O período subsequente é gestado na década de 20 do século passado, mas se implanta em 1930 e coincide com o final da Primeira República e a instalação do governo autoritário de Getúlio Vargas, o Estado Novo. É nesta época que são criadas as primeiras universidades do país. Este período se encerra em 1945, com a queda de Vargas e a redemocratização do país, iniciando um novo período que se estende até 1964 e é caracterizado pela ampliação do número de universidades públicas.

Dois grandes projetos de universidades são implementados nos anos 1930: a Universidade de São Paulo e a do Distrito Federal (Rio de Janeiro), sendo esta última logo

extinta e a primeira viria a romper com o modelo tradicional observado na primeira universidade brasileira. A grande resistência e dificuldade de se implantar a universidade começa a ser rompida na década de 1940 e o ensino superior inicia uma expansão indiscriminada.

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foi criado o Ministério de Educação e Saúde. Nesse ano foi também aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que ficou em vigor até 1961. Se o início do que chamamos de primeiro período moderno (1931-1945) foi marcado pela luta entre as elites católicas e laicas, este presenciou outras lutas, cujo ator principal não era mais a elite intelectual, mas o movimento estudantil. Tanto quanto o aumento da demanda, a mobilização estudantil em prol de uma reforma que democratizasse o acesso e a gestão da universidade é também um fenômeno mundial.

Todos estes movimentos, em maior ou menor grau, não se limitaram à questão do ensino, mas contestaram os governos estabelecidos.

Também no Brasil, não se trata apenas de movimentações em torno de questões universitárias. Todo este período, especialmente a partir da década de 50, é marcado por intensos conflitos sociais e um crescente envolvimento dos estudantes universitários nas diferentes lutas políticas do período, nas quais é forte a presença de diferentes partidos e militâncias de orientação marxista. De fato, a modernização e expansão capitalista do período agravaram a situação da população rural nas regiões de economia mais tradicional e colocaram em evidência a profundidade das desigualdades econômicas, sociais, políticas e educacionais do país, criando um clima de agitação social generalizada. Os temas que sensibilizaram e mobilizaram os estudantes não foram apenas os do ensino superior, mas incluíram as lutas contra o imperialismo, o capitalismo e o latifúndio; e a favor do nacionalismo, do desenvolvimento, da erradicação do analfabetismo, da reforma agrária, e de tudo que fosse popular: a democracia popular, a educação popular e a cultura popular. O marxismo se tornou a ideologia dominante do movimento (Durham, 1994).

A expansão do ensino superior foi crescente e sofreu um processo de aceleração a partir de 1945 e encontrou maior incremento após 1960. Esse processo de aceleração é resultado da expansão da rede de ensino de nível médio e da maior participação da mulher no mercado de trabalho, em especial na área de magistério. Sendo assim, várias faculdades que correspondiam à demanda daquele momento disseminaram-se pelo país, porém, sem qualquer comprometimento com a pesquisa, desenvolvendo apenas atividades de ensino. A LDB, finalmente votada em 1961, foi uma vitória dos setores privatistas e conservadores, e constituiu, em grande escala, uma preservação do sistema existente. A

lei e suas complementações praticamente preservaram o *status quo* e se preocuparam basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo do ensino. O Conselho Federal de Educação foi reformulado, e constituiu-se como o principal mecanismo de controle que atuava junto ao Ministério da Educação e contava com representantes dos setores público e privado. A ele competia, entre outras atribuições, a fixação dos currículos dos cursos superiores para todas as instituições de ensino e a autorização para a criação de novos cursos e instituições no setor federal e no setor privado. Com estas atribuições, o Conselho se transformou rapidamente no objeto principal de pressões exercidas pelo setor privado, na defesa de seus interesses. O surto de expansão do ensino superior estava associado à influência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

O Golpe Militar de 1964 alterou inteiramente o quadro político. O movimento estudantil se reorganizou então como resistência ao regime e a universidade pública foi o seu baluarte. Iniciou-se assim um enfrentamento direto entre os estudantes e o Governo.

O Governo Militar endureceu suas posições e o período terminou em 1968, com a destruição do movimento estudantil pela repressão militar, a prisão das suas lideranças e uma nova cassação de docentes. Por mais de uma década, as universidades, consideradas focos de subversão, foram mantidas sob severa vigilância.

O período mais recente coincide com os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante os quais houve mudanças muito substanciais nas políticas econômicas e sociais e reformas importantes na área educacional, especialmente em relação ao ensino básico: houve uma transformação do sistema de financiamento do ensino fundamental que incentivou o acesso, a permanência e o sucesso escolar no nível fundamental, o qual praticamente se universalizou neste período; implantou-se uma reforma curricular tanto do nível fundamental como do médio; modernizou-se todo o sistema de estatísticas educacionais, que se tornou muito eficiente; o sistema de avaliação do desempenho escolar foi aperfeiçoado; ampliaram-se os programas de capacitação docente. Oito anos de continuidade administrativa permitiram uma mudança consistente em todo sistema. Como conseqüência disto ocorreu, no final do período, um explosivo aumento das matrículas no ensino médio, decorrentes do aumento de egressos do ensino fundamental que se iniciara na década anterior.

Nesse governo foi possível constatar a implementação de ações fundamentadas na ideologia neoliberal, norteadas pelo Banco Mundial. Foi em 1996, durante o governo FHC (1995 – 2002) e após longo debate, que ocorreu a promulgação da nova Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a qual pode ser apreendida como o marco que delimita o início da reestruturação do ensino superior no Brasil. Quando se inicia a década de 90, o sistema já apresentava tendências importantes que tiveram continuidade. A mais importante delas foi o aumento do percentual de docentes com titulação de Mestre ou Doutor, como consequência das políticas iniciadas nas décadas de 1960 e 1970, com a criação da CAPES e do CNPq.

A política nesse sentido foi incorporada à nova LDB, votada em dezembro de 1996. A nova lei introduziu inovações importantes em todo sistema. Em primeiro lugar, definiu claramente a posição das universidades no sistema de ensino superior, exigindo a associação entre ensino e pesquisa, com produção científica comprovada como condição necessária para o seu credenciamento e recredenciamento.

A associação entre ensino e pesquisa, é verdade, constava de toda a legislação anterior; mas não existia nenhum mecanismo que exigisse sua implementação pelo setor privado, como ficou claro na análise que fizemos dos processos de aprovação da criação de novas universidades pelo Conselho Federal de Educação. Além do mais, a lei passou a exigir das universidades condições mínimas de qualificação do corpo docente e de regime de trabalho sem as quais a pesquisa não poderia se implantar: um mínimo de um terço do quadro docente constituído por mestres e doutores e de um terço de docentes em tempo integral. A aprovação destas disposições foi particularmente difícil, pois contou com uma fortíssima oposição do lobby privatista. Embora aparentemente burocráticas estas disposições legais estabeleceram critérios muito objetivos que, por isso mesmo, alteraram substantivamente o processo de criação de universidades.

A lei também estabeleceu a renovação periódica do reconhecimento dos cursos superiores. O reconhecimento dos cursos pelo poder público, federal ou estadual sempre foi, no Brasil, uma exigência para a legalidade dos diplomas, a qual inclui inclusive as universidades. O procedimento, quando bem aplicado, garantia condições mínimas de funcionamento para os cursos novos, mas não assegurava que essas condições não se deteriorassem. Com a exigência de renovação periódica do reconhecimento, tornou-se possível estabelecer uma pressão continuada sobre as instituições no sentido de que uma qualidade mínima fosse mantida.

Em 1º de janeiro deste ano de 2003, houve uma grande mudança política com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais e a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assumiu assim um partido que integrava a oposição ao governo anterior, e cujo um dos *slogans* era “acabar com tudo que está aí”.

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo, o Brasil tinha 3,94 milhões de estudantes no ensino superior. Os dados preliminares do Censo da Educação Superior de 2009 mostram que esse contingente está chegando perto dos 6 milhões – um crescimento de 65% nas matrículas. Desse total, 75% estão nas instituições privadas, setor que se tornou um parceiro importante do governo federal nas políticas de inclusão.

Logo que foi criado, em 2005, o Programa Universidade para Todos (ProUni) recebeu muitas críticas porque, em vez de ampliar recursos para as universidades públicas, estimulava o acesso dos alunos às instituições privadas. Hoje já distribuiu 748 mil bolsas, a maioria delas, integrais. O benefício é concedido pelas faculdades em troca de incentivos fiscais. O estudante precisa ter estudado em escola pública e atender a critérios específicos de renda. Na rede pública, a principal estratégia para melhorar o acesso foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado em 2007. De acordo com o MEC, houve um acréscimo de quase 60% no número de vagas oferecidas nas universidades federais entre 2003 e 2009. O programa também foi alvo de críticas por parte da academia que acreditava que a qualidade do ensino ficaria prejudicada com o aumento de alunos nos bancos das universidades.

Objetivando a expansão do ensino superior no Brasil, o governo Lula implementou além do PROUNI outros 3 programas: o programa expandir, o programa Universidade Aberta do Brasil – UAB e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. O REUNI surgiu com o objetivo de reestruturar as universidades públicas, as quais passaram por um longo processo de sucateamento, esse programa injetou mais recursos nas universidades, entretanto, a forma como o programa foi pensando não possibilitou uma discussão efetiva dentro das instituições sobre as consequências da adesão ao REUNI. A autonomia universitária foi ferida, pois, não colocou alternativa para essas instituições, uma vez que o Programa de Reestruturação das universidades era a única opção apontada pelo governo federal para a ampliação dos recursos.

No Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), o ser humano é visto como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive. Para tanto, é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania. Tal escola se opõe àquela que vincula a educação a prerrogativas mercadológicas globalizantes, com o intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos. Nessa dimensão, a escola se

redefine como o espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política. Essa visão concebe, portanto, sujeitos de direitos cuja formação tem por objetivo proporcionar graus sempre crescentes de cidadania e de humanização.

A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania.

Na Constituição Federal (em seu art. 5º) fica, igualmente, estabelecido que a educação:

é um direito de todos e dever do Estado e da família – será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. O ensino, por sua vez, deverá ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com coexistência de instituições públicas e privadas; garantindo a gratuidade e gestão democrática do ensino público (art. 206, inciso I a VII).

Os sistemas de ensino, no Brasil, são organizados em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 211, § 1 a 4): à União, cabe a organização do sistema de ensino federal e dos Territórios, financiando as instituições públicas federais e exercendo, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; aos Municípios cabe a responsabilidade de atuarem, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil; os Estados e o Distrito Federal atuam principalmente no ensino fundamental e médio definindo formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Nos últimos anos, Estados e Municípios passaram a atuar, também, no nível superior.

Apesar das limitações da política educacional na sociedade capitalista e todas as contradições que envolvem a educação, a luta pelo acesso e permanência nas instituições formais de ensino é uma bandeira ainda atual da classe trabalhadora, tendo em vista a importância da educação formal para esse segmento da população. Nessa direção, a análise do trabalho do/a assistente social na educação assume um papel estratégico no processo de luta e democratização da educação.

É preciso pensar a Universidade como um aparelho formador de hegemonia, nesse sentido, sob o prisma da totalidade as classes fundamentais se confrontam nessa arena da luta. A educação, tida como um direito garantido por lei, nem sempre é

acessível a todas as camadas da sociedade de forma igualitária. Verificam-se contradições e distorções a cerca do acesso e permanência da população no banco escolar, principalmente quando falamos de população carente.

No próximo item do trabalho será discutida a relação do Serviço Social com a política educacional, mostrando o histórico de inserção desse profissional nessa política.

2.2 Serviço Social e Educação

Enquanto profissão inserida como especialização na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, o Serviço Social foi gestado pela Igreja Católica desde seus primórdios, apropriado e regulamentado pelo Estado, tendo seu primeiro curso superior no Brasil instalado no ano de 1936. Neste contexto, tornava-se cada vez mais necessário enquanto profissão interventiva nas expressões da “questão social”, devendo, nesse período, amenizar as ameaças à ordem burguesa, oriunda das pressões da classe trabalhadora no início do século XX.

Em quaisquer espaços sócio-ocupacionais que esteja atuando, é fundamental que o assistente social realize pesquisas para dar maior embasamento às suas intervenções profissionais, conforme consta nas competências profissionais exposta na Lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8.662/93) e ratificada nas novas Diretrizes Curriculares da formação profissional, aprovada em 1996. Atuando na área de educação, especialmente em uma Instituição centenária de educação técnica e profissionalizante com diversas modalidades de ensino, faz-se necessário investigar mais profundamente a respeito desta inserção do Serviço Social que, apesar de não ser tão recente, assume hoje diferentes impactos e abrangências se comparada à época de surgimento.

A inserção do/a assistente social na educação não é algo recente na história da profissão, remonta aos primórdios do Serviço Social no Brasil, contudo, é a partir dos anos 1990 que ocorre um aumento quantitativo de assistentes sociais nessa política social, esse processo acarretou na pressão da categoria em torno da discussão desse espaço sócio-ocupacional (CFESS, 2012).

Nessa direção, as entidades representativas do Serviço Social – Conselho Federal de Serviço Social/CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS – estão capitaneando essa discussão através de Grupos de Trabalho e Comissões

Temáticas, os quais foram criados para discutir essas questões e tem agregado os/as profissionais para esse fim.

O debate do Serviço Social na educação se constitui em uma das principais preocupações da categoria na atualidade. Prova disso foi a realização de diversos eventos promovidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS em praticamente todos os estados da federação e a realização do Seminário Nacional do Serviço Social na Educação, o qual mobilizou um número significativos de assistentes sociais.

O acesso à educação formal se constitui em uma das principais lutas da classe trabalhadora ao longo da história. Essa reivindicação esbarra na resistência das elites políticas e econômicas para a constituição de um sistema de ensino que atenda as reais demandas da classe trabalhadora. As ações empreendidas pelos/as trabalhadores na perspectiva de construção de uma política educacional voltada aos seus interesses são capturadas pelos grupos dominantes e moldadas de acordo com os interesses desses últimos, esse processo ocorre sob tensão entre as classes sociais. Durante todo o processo de formação somos instigados a vivenciar as transformações sociais resultantes das lutas de classes, com isso os profissionais adquirem em sua essência crítica que resultará em uma intervenção concreta.

As classes sociais desenvolvem e/ou constroem seus projetos educacionais levando em consideração seus valores, princípios e concepções de mundo. Na sociedade existem projetos antagônicos, os quais refletem os interesses contrapostos das classes sociais. Até mesmo dentro das classes há projetos divergentes, tendo em vista os interesses das diferentes frações de classe.

No Brasil, o projeto de educação posto em prática nas últimas décadas está calcado nas recomendações dos organismos financeiros internacionais, os quais representam os interesses do grande capital financeiro mundializado. O Banco Mundial e o FMI há alguns anos traçam as principais diretrizes para a educação brasileira (SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2001,pg.28).

Baseado nessas informações podemos dizer que a política educacional teve uma inclinação com as crises capitalistas da época, aonde essa política teve a sua lógica ignorada, passando a servir ao capital.

As recomendações para a política educacional do Banco Mundial e FMI se materializam no Brasil, principalmente durante o governo FHC, através da ampliação dos processos de mercantilização, crítica contundente a universidade pública, defesa

da educação básica e adoção da lógica empresarial nas instituições de ensino (ALMEIDA, 2011).

A mercantilização da educação não é um processo recente, contudo, nos últimos anos houve um aprofundamento nessa direção, a educação é tida como uma mercadoria, assumindo um caráter puramente instrumental e direcionada para a lógica do mercado. A ampliação do ensino à distância exemplifica esse processo, sendo defendido como necessário para a democratização do ensino, quando na verdade atende os interesses particulares dos grupos financeiros que investem na educação.

Em alguns municípios, por exemplo, a presença de assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais é previsto em lei própria. Já em outros não existe a contratação de assistentes sociais para essa política social, essa situação pode ser revertida com a aprovação do projeto de Lei 3.688/2000, que prevê a presença de profissionais do Serviço Social e Psicologia nos estabelecimentos de educação básica.

Além do trabalho com os/as estudantes outra demanda colocada para os/as assistentes sociais é a intervenção junto aos trabalhadores da educação. As características assumidas pela educação alicerçadas na lógica mercantil mesmo nas entidades públicas tem um impacto direto nos métodos de avaliação dos profissionais e nos processos de ensino-aprendizagem, ocasionando em muitas situações sobrecarga de trabalho e outras angústias, com um impacto direto na saúde desses trabalhadores.

Nas outras modalidades de ensino como a educação superior e tecnológica também é verificado a contratação de assistentes sociais, o trabalho desenvolvido em cada modalidade apresenta pontos em comum, porém, cada uma possui suas particularidades, uma vez que os estabelecimentos de ensino são vinculados a diferentes entes federativos, os quais possuem objetivos e quantidade de recursos diferenciados.

Pensar essa inserção dos assistentes sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis e modalidades de educação e ensino: a educação básica que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. A organização e a execução desses diferentes níveis de atuação e ensino cabem ao Estado em seus três níveis de atuação: a união, os estados e os municípios, sendo que cada um deles tem responsabilidades e incumbências diferenciadas (ALMEIDA, Ney L..2007, pg.21.)

A inserção do/a assistente social no ensino superior e tecnológico ocorre, principalmente, em função da ampliação dos programas de assistência estudantil nessas instituições. A luta pela assistência estudantil foi pauta de muitas reivindicações do movimento estudantil nessas entidades, pois o acesso somente não assegura a permanência dos/as discentes nas universidades e/ou institutos federais de educação tecnológica, nesse sentido, o desenvolvimento de ações que possibilite a permanência é condição fundamental para assegurar o direito à educação conforme está previsto na Constituição.

Conforme já dito no item 2, o REUNI também impactou na ampliação das ações da assistência estudantil, pois previa a destinação de recursos para esse fim, nesse contexto foi aprovado a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que traça as principais diretrizes para o setor. Esse processo evidencia o caráter contraditório da política social, pois o atendimento de reivindicações históricas do movimento estudantil ocorre no bojo da massificação do ensino superior, sem a devida preocupação com a qualidade da expansão dessa modalidade educacional.

Os desafios para a intervenção do/a assistente social na política de educação são inúmeros, essa política social desempenha um papel estratégico para a formação da visão de mundo dos trabalhadores e acesso ao conhecimento produzido pela humanidade ao longo da história, o qual é apropriado pelo capital e utilizado nos processos de valorização e obtenção de lucro na atualidade.

Sobre a inserção do Serviço Social na política de educação o seu ingresso pode ser entendido a partir da ampliação da concepção de educação para além dos profissionais que historicamente estiveram presentes nos estabelecimentos educacionais. Nesse sentido, não se trata apenas da incorporação de novos procedimentos administrativos e/ou burocráticos, mas a incorporação de conteúdos éticos-políticos, os quais são impregnados de uma determinada visão de mundo, portanto, não são ações neutras.

A ampliação da concepção de educação ocorre sob intenso embate entre as classes sociais antagônicas, tendo em vista os projetos societários opostos que embasam projetos educacionais também diferenciados. É nesse campo contraditório que ocorre a intervenção do/a assistente social na educação, sendo necessário o/a profissional reconhecer os diferentes projetos em disputa.

Assim como em outras políticas sociais o trabalho do/ assistente social na educação é permeado pela contradição, uma vez que atende os interesses legítimos

dos trabalhadores na provisão de bens e serviços imprescindíveis para sua reprodução material e espiritual e ao mesmo tempo atende os interesses do capital. Essa característica do Serviço Social não pode ser desconsiderada, pois é constitutiva da profissão e seu conhecimento pode evitar atitudes messiânicas por parte dos/as profissionais.

Essa característica do trabalho do/a assistente social não impede o desenvolvimento de ações que visem fortalecer os interesses da classe trabalhadora, conforme aponta Iamamoto.

Nessa direção, um dos desafios da intervenção do Serviço Social na política de educação é favorecer o acesso e permanência dos/as trabalhadores nas instituições de ensino, essa tarefa é fundamental para a democratização da educação formal. (IAMAMOTO. 2006, pág. 75.)

O desenvolvimento dessa ação específica não pode ocorrer de modo isolado, mas a partir da mobilização do aparato legal que assegura o direito a educação como a LDB e ECA, além da articulação com outras entidades e órgãos que tem como objetivo garantir a materialização dos direitos previstos em lei e os movimentos sociais que lutam pelo direito à educação.

Ainda em relação à luta pela permanência dos/as discentes nas instituições de ensino a participação do/a assistente social nas instâncias decisórias se coloca como fundamental, uma vez que na elaboração dos programas de assistência estudantil, por exemplo, a contribuição desse profissional repercute na qualidade dos programas desenvolvidos no sentido de propor ações que atendam as reais demandas dos/as usuários.

A participação do Serviço Social nos espaços de decisão e planejamento nas instituições, principalmente, aquelas de nível superior e institutos federais enfrenta enormes dificuldades, haja vista a falta de tradição democrática dessas entidades e centralização das decisões nos gestores, os quais nem sempre possuem formação na área das ciências sociais e humanas, o que dificulta a interlocução com profissões como o Serviço Social e essa questão é visível na própria UNIPAMPA.

O que nota-se estudando a política é que os programas de assistência estudantil são pensados de cima para baixo, com forte viés assistencialista, onde não é reconhecido o direito à educação, o acesso da classe trabalhadora a essas instituições ocorre pelas portas do fundo, pois as ações desenvolvidas, em boa parte das

entidades, não contribuem para uma efetiva permanência, comprometendo a qualidade da formação recebida.

A participação democrática da comunidade estudantil nas instituições de ensino é um desafio para o Serviço Social no sentido de tencionar esses espaços para atender os interesses dos/as usuários e contribuir para que essas entidades desenvolvam suas atividades a partir do contexto no qual está inserida, tendo como referência a realidade vivenciada pelos seus componentes. Essa questão é notória em todos os Campus da UNIPAMPA, onde muitas vezes o que prevalece são interesses individuais minando assim as lutas coletivas dentro dos espaços de discussão.

Busca-se com esses espaços de discussões fomentar e discutir o papel do Serviço Social na educação, além de consolidar estratégias que subsidiem a construção de uma política educacional alicerçada nos interesses da classe trabalhadora e que se contraponha a mercantilização dessa política social.

No próximo capítulo será discutido a política de assistência estudantil, e as contribuições do Serviço Social dentro da mesma.

3 SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este capítulo perpassa pelas políticas de Assistência Estudantil respaldadas na política de Assistência Social. A assistência social no âmbito da educação é aquela inserida no campo dos direitos, da universalização dos acessos, das ações pró-permanência de qualidade, e da responsabilidade estatal com a educação, agindo em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos destes alunos.

3.1 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil, da forma como hoje se configura, pode ser traduzida como um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior.

É composta por ações universais e/ou focalizadas em determinados segmentos com necessidades específicas. Tais ações buscam apoiar a permanência dos estudantes na universidade para que possam concluir sua graduação com bom aproveitamento acadêmico.

A escassa produção bibliográfica disponível, além de refletir o reduzido interesse pelo tema por parte de pesquisadores, também demonstra o lugar periférico que ocupou a assistência estudantil nas universidades que, desde a sua criação, sempre aspirou às elites. Para Gadotti

[...] as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontraram ressonância : a educação é eminentemente elitista e antipopular (GADOTTI. 1981, p.5).

Nesse sentido, procuramos analisar a evolução histórica dessa atividade visando compreender como esse processo tem ocorrido na educação superior pública, como direito dos estudantes universitários do sistema público de ensino superior, já que visa prover os recursos necessários aos estudantes de baixa condição sócioeconômica para que os mesmos possam desenvolver seus estudos com um bom desempenho

curricular, minimizando o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão nos cursos de graduação.

Ao avaliarmos o atual momento por que passam as universidades federais, percebemos que existe uma mudança no padrão que historicamente permeou as instituições universitárias, principalmente no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos estudantes. Através do estágio obrigatório realizado na UNIPAMPA, é possível constatar essa realidade. Embora essa heterogeneidade seja ainda relativa, é um fator presente que poderá ter seus efeitos potencializados nos próximos anos, com a ampliação de ações inclusivas para acesso e permanência.

Com a finalidade de compreender a atual situação do ensino superior público no Brasil foi realizado um breve histórico da gênese da educação superior no Brasil tendo em vista apontar os momentos decisivos da implementação das mudanças em relação à assistência estudantil.

A assistência estudantil tem sido tema que, nos últimos anos, vem saindo da posição periférica que sempre ocupou e assumindo seu protagonismo nas universidades federais. Com a adoção de ações que buscam ampliar o acesso à educação superior, que ganharam ênfase na última década, a questão da permanência passa a ser considerada estratégica, especialmente por atuar diretamente na redução dos percentuais de evasão. Este tem sido um grave problema a ser enfrentado pelas instituições federais e apontado como meta das atuais políticas educacionais para a educação superior.

. A ampliação das ações ocorreu nos anos de 1970, com a criação de instâncias como os Departamentos e Coordenadorias de Assistência Estudantil e, apesar das dificuldades, a Reforma Universitária de 1968 abriu espaços para avanços significativos no âmbito das universidades (KOWALSKI, 2012).

E como toda ação política, a assistência estudantil esta condicionada pelo processo econômico, político e social em que se insere a sociedade brasileira no século XX, como destaca Araújo (2003,pg.47):

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento.

Para Gadotti (1981, p.5) “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontraram ressonância : a educação é eminentemente elitista e antipopular”.

A partir da redemocratização política do país, em meados de 1980, a assistência estudantil entra em uma nova fase, quando surgem duas importantes frentes políticas de discussão sobre educação e assistência estudantil, que são: a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e seu órgão assessor, o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pro - Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), criadas em 1987.

Foram essas duas frentes políticas que aprofundaram a discussão sobre a assistência estudantil, sistematizaram e que defendem a Política de Assistência Estudantil na perspectiva de direito social no país.

Em 1988, diante da pressão dos diversos movimentos populares engajados com a campanha das “Diretas Já”, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que representou um marco histórico no que tange as questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos.

Pela primeira vez na história dos direitos sociais uma constituição trazia à tona uma nova concepção para a Assistência Social, sendo essa considerada como uma política social, que, juntamente com as políticas de saúde e da previdência social, compõe o tripé do Sistema de Seguridade Social brasileiro.

Segundo opinião de Sposati (2004, p. 42):

A política de assistência social inscrita na CF/88 contesta o conceito de população beneficiária como marginal ou carente o que seria vitimá-la pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal,tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente a população pobre.

A partir dessa nova concepção de Educação e Assistência Social, iniciou-se um período de reflexões e mudanças, inaugurando um novo padrão de proteção social afirmativo de direitos superando as práticas assistencialistas e clientelistas.

A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação,

devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito.

A assistência estudantil do Brasil está ligada a política de assistência social, por ser na realidade uma modalidade dessa política dentro da educação. Cabe lembrar também que são resultados da mobilização dos movimentos sociais que lutaram pelo fim da ditadura militar e pela promulgação da Constituição Federal de 1988, e como registra Arcoverde (2010) “No caso as ações da assistência vão ser caracterizadas por programas e serviços de baixa qualidade e limitada de abrangência social restrita e oferecendo recursos apenas no âmbito da sobrevivência da população usuária” (p. 4).

A assistência estudantil por ser uma modalidade da assistência social, tem na sua materialização o reflexo da implementação dessa política no país, ao ter o pressuposto de dar o mínimo para a sobrevivência somente aos usuários mais carentes entre os carentes. Isso reflete a contradição de que essa política, no molde em que se realiza, não busca uma universalização, já que comumente acaba sendo destinada a criar melhores condições para o desenvolvimento acadêmico apenas para os estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica, como destaca Vasconcelos (2010, p. 399):

[...] a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é prover os recursos necessários aos estudantes de baixa condição socioeconômica, afim de que os mesmos possam desenvolver plenamente sua graduação e, obterem um bom desempenho curricular, minimizando com isso o percentual de abandono, trancamento de matriculas e evasão nos cursos de graduação.

Os profissionais, portanto, acabam tendo que selecionar os mais pobres, ou seja, excluem para incluir, num processo de contradição à lógica da universalização do direito à educação. Como também, entende-se que se outras modalidades de políticas sociais se efetivassem com nível satisfatório, a assistência estudantil poderia atender seus usuários de uma forma muito mais ampla, e apenas na singularidade desses atores da educação superior, que tem sua centralidade a condição de estudantes.

Compreende-se que toda formação acadêmica e de cidadania é contínua, ou seja, sempre há conhecimentos a serem adquiridos, porém destaca-se que os graduandos em geral estão realizando os primeiros contatos científicos com a área em que estão realizando seus estudos, percebendo-se assim a maior necessidade de criar condições propícias para o ensino-aprendizagem destes.

A assistência estudantil, portanto, tem bases legais para sua existência, mas sua afirmação se dá no momento em que as governanças do país reconhecem a desigualdade social no Brasil, e que devido a este fato, há um baixo número de graduandos no nível superior, e mais importante que isso, há muitas vezes um baixo desenvolvimento acadêmico dos que possuem acesso à graduação. Importante destacar que o reconhecimento dessa lógica perpassa a mobilização dos movimentos sociais, principalmente na década de 1980, período marcado pela aprovação da Constituição Federal de 1988.

As duas últimas décadas do século XX trouxeram mudanças às políticas educacionais, em especial àquelas voltadas à educação superior. A adoção de políticas de orientação neoliberal no Brasil, fez com que a educação fosse alvo de estratégias políticas para a consolidação do novo padrão de acumulação.

A retomada da expansão do ensino superior público tem como ponto estratégico as universidades federais e é consubstanciada pela implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que vem alterar substantivamente a dinâmica dessas instituições.

Como também vai ao encontro ao que impõe a Constituição Federal de 1988 (CF) como um dos princípios da educação, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I), e o decreto 6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em seu artigo 1º, afirma que esse "tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior". E, em seu artigo 2º, item V, que "o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil." E Alves (2002, p. 29) complementa:

A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania.

[...] Por isso há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Acrescenta-se que as diretrizes do REUNI (2007, pag.6) frisam que a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas desfavoráveis. Essa medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência, de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, como Zago (2006, p. 228) afirma que:

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

Nesse tempo de expansão do ensino superior, é implantado o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 2010, voltado à ampliação da permanência no ensino superior. O PNAES consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que orientam as ações de políticas para a permanência dos estudantes nas IFES, e resulta em um mecanismo de garantia do direito a educação, principalmente dos estudantes oriundos das camadas populares.

Em 2010 com a institucionalização dessa política, fica designado para as IFES a obrigatoriedade de realizar ações para a assistência aos acadêmicos, com isso há o avanço da também obrigação do governo repassar verbas para essa finalidade. O PNAES (2010, p.1) estabelece em no seu artigo 3º as áreas de atuação desta política:

§ 1o As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
I - moradia estudantil;
II - alimentação;
III - transporte;
IV - atenção à saúde;
V - inclusão digital;
VI - cultura;
VII - esporte;
VIII - creche;
IX - apoio pedagógico; e
X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Mas o profissional de Serviço Social deve ir para além dessas ações básicas, precisa perceber a realidade onde se insere a partir da investigação, buscar alternativas e criar estratégias de enfrentamento as desigualdades encontradas, que

sejam passíveis de implementação, com a perspectiva da garantia do direito a educação e pleno desenvolvimento humano dos seus usuários.

O PNAES (2010) determina que prioritariamente sejam inseridos nos programas da assistência estudantil aqueles cuja renda limita-se ao que preconiza o seu artigo 5º:

Art. 5º - Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

A educação é vista pelo ideário da classe trabalhadora como um potencializador do desenvolvimento do ser humano, enquanto que no viés burguês, ela é vista como agregador de capital ao seu instrumento de exploração, a força de trabalho.

Apesar das contradições, a Política de Assistência Estudantil é uma conquista da classe trabalhadora, afinal ela tem sido uma bandeira de luta dos trabalhadores e contribui para a universalização da educação em nível superior, atingindo principalmente os advindos dessa classe, que historicamente ficaram a margem dessa modalidade de ensino. E ao ingressar nesse nível de educação, a partir da aquisição dos conhecimentos coletivamente produzidos, podem colaborar para a defesa e aquisição de outros direitos, como também para a transformação societária na direção de emancipação de sua classe social.

Por isso, a Política de Assistência Estudantil deve ser vista como um investimento e não como despesa, sendo necessário esse investimento por parte da universidade e do Estado, pois auxilia na manutenção dos estudantes na graduação, já que a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico, ou seja, ocasiona um desperdício destes recursos.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, implantado em 12 de dezembro de 2008, é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica.

É importante salientar que a partir de 2010 o panorama da assistência estudantil é reconfigurado quando passa a ser uma política de Estado, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, como uma das ações oriundas do Plano de

Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo que o avanço se dá pelo aumento significativo de verbas para a assistência estudantil investida diretamente nas IFES, como também impondo a obrigatoriedade dessas instituições para que construam a política de assistência aos graduandos, em contrapartida, não há a definição de uma rubrica específica para esta política, o que acaba não garantindo a dotação orçamentária.

Embora a assistência estudantil tenha intenção de ser inclusiva e busque a igualdade de oportunidades para a conclusão do curso superior, não me parece que essa igualdade possa ser alcançada somente com ações ou mesmo com políticas de assistência estudantil, já que existem defasagens educacionais e culturais que interferem negativamente na trajetória acadêmica do estudante. Para transpor esses obstáculos seriam necessários investimentos em outros segmentos da educação no sentido que estes tenham maior efetividade. Não há como, somente na educação superior, se suprir tantas defasagens e buscar igualdade onde há tantas dificuldades a serem superadas.

A criação do PNAES impôs a constituição de ações de assistência aos estudantes pela IFES, cabendo para as instituições organizar a gestão e operacionalização desta política de acordo com sua realidade, assim o próximo capítulo demonstra como a assistência estudantil se organiza na UNIPAMPA, e como ela é operacionalizada.

3.2 UNIPAMPA e Assistência Estudantil

A mesorregião econômica conhecida por metade sul do Rio Grande do Sul começou a contar com ensino superior privado a partir de 1989, com a instalação da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), primeiramente em Bagé, e esta gradualmente foi se expandindo nas cidades da região até o ano de 2001. No início dos anos 2000, houve a mobilização da sociedade das regiões oeste e sul do Rio Grande do Sul para a federalização desta universidade comunitária (UNIPAMPA, 2013).

Devido principalmente a essa pressão popular e a política de educação superior do governo, foi criada a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), uma das 14 novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criadas durante o Governo de Luís Inácio “Lula” da Silva para realizar a interiorização da educação superior, sendo esta uma IFES que se destaca no estado do Rio Grande do Sul, pois

possui a maior abrangência, estando presente na maioria dos municípios que compõem a mesorregião Metade Sul, tendo estrutura multicampi situada nas cidades de: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Outro ponto relevante para a implantação da universidade nessas localidades é que é uma região de fronteira com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

A universidade foi implantada em 2006 a partir do Consórcio Universitário da Metade Sul, que foi um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no estado, tendo o início das atividades acadêmicas no ano de 2006, sendo oficialmente criada pela lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008 (UNIPAMPA, 2009). A UFPel e UFSM ficaram responsáveis pela constituição de cinco campus cada uma, ficando o campus São Borja a cargo da UFSM.

A universidade tem por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária (BRASIL, 2008), e a instituição tem a responsabilidade de contribuir para a superação dos críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico da região em que está inserida, como também fortalecer a integração da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina (UNIPAMPA, 2009), como menciona o Projeto Institucional da UNIPAMPA:

A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido ao avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente, colaboram para o cenário econômico aqui descrito. (UNIPAMPA, 2009, p.3)

A universidade tem como princípios: a formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; a excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida

formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas; o sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma nação justa e democrática (UNIPAMPA, 2009).

A universidade como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Como também tem a visão de constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país (UNIPAMPA, 2009).

Em relação ao perfil do egresso na instituição, a UNIPAMPA deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis (UNIPAMPA, 2009).

Faz-se necessário conhecer, de acordo com o Estatuto da UNIPAMPA (2008), como a universidade está estruturada:

- I - a Administração Superior;
- II - as Unidades Universitárias;
- III - os Órgãos Complementares.

É importante registrar como estão organizados os órgãos da Administração Superior, que dividem-se em:

I - Conselho Universitário (CONSUNI), que é o órgão máximo da UNIPAMPA, com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade, conforme estabelece o presente Estatuto e o Regimento Geral;

II - Conselho Curador (CONCUR), que é o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da UNIPAMPA;

III - Comissões Superiores, que são órgãos consultivos, normativos e deliberativos nas áreas específicas de suas respectivas competências, com atribuições e funcionamento definidos no Regimento Geral da Universidade;

IV - Reitoria, que exercida pelo Reitor, e é o órgão executivo de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades universitárias.

Ressalta-se ainda, que de acordo com o Estatuto da universidade (2009), seus recursos financeiros advêm de dotação consignada no orçamento da União; auxílios e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares; doações e contribuições de pessoa física ou jurídica; renda de aplicação de bens e valores patrimoniais; receitas provenientes da remuneração por serviços prestados pela Universidade a entidades públicas ou particulares; receitas provenientes de patentes, marcas, direitos autorais e outros direitos de qualquer natureza previstos em Lei; convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou Internacionais e outras receitas eventuais.

A UNIPAMPA encontra-se atualmente em fase de implantação de suas estruturas físicas, de seu corpo de servidores e das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, buscando sua consolidação como uma IFES implantada para colaborar com a superação do crítico quadro socioeconômico da região, e o fato de ser multicampi aumenta esse desafio. Esse quadro reflete na Política de Assistência Estudantil praticada na instituição, por isso essa também se encontra em fase de implantação. Compreende-se que seja necessário para sua legitimação e contribuição para a superação dessa situação, a posição político-pedagógica dos profissionais e gestores da universidade, como também de estrutura e profissionais suficientes para o exercício profissional com qualidade.

Acrescenta-se o caráter de inovação da universidade ao proporcionar graduação em cursos relativamente novos no cenário nacional, como as licenciaturas em: Ciências Humanas e Ciências da Natureza; os bacharelados de: Enologia, Produção e Política Cultural, Engenharia de Agrimensura e Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia; e o tecnológico em aquicultura.

Em 2008 foi criada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da UNIPAMPA como órgão da Administração Superior da universidade, que tem sua estrutura física localizada no campus São Borja, e atua na assistência

estudantil da instituição que segundo o Programa de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, assim como também reduzir a evasão e melhorar o desempenho acadêmico. Sendo que previsto no projeto institucional (2009) a Política de Assistência Estudantil na UNIPAMPA:

[...] constituir-se-á por meio de planos, programas, projetos, benefícios e ações estruturantes e articuladas às demais políticas institucionais, a partir das seguintes dimensões: do acesso ampliado à universidade; do estímulo e da permanência do educando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; da qualidade do desempenho acadêmico; da formação universitária cidadã, do desenvolvimento de condições à cultura, ao esporte e ao lazer; do impulsionamento às temáticas e às proposições acadêmicas dos educandos e da inclusão e da acessibilidade para acadêmicos com necessidades educacionais especiais.

Atualmente as principais ações desenvolvidas pela PRAEC nessa área são as seguintes: Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA); Programa Bolsas de Permanência (PBP); Programa de Apoio à Instalação Estudantil; ações afirmativas e de inclusão e acessibilidade e Programa de Auxílio à Participação em Eventos (PAPE). O PBDA foi instituído pela Instrução normativa nº 03/2009, da UNIPAMPA, e está distribuído nas bolsas de ensino, de pesquisa, de extensão e de iniciação ao trabalho técnico profissional e gestão acadêmica, consistindo na concessão dessas bolsas a acadêmicos selecionados, para a realização dessas atividades de formação acadêmica, com valor percebido de acordo com a carga horária semanal, que são de 12, 16 e 20 horas (UNIPAMPA, 2009). Este programa tem como ponto fundamental o repasse de dinheiro mediante realização de atividades que colaboram para com o desenvolvimento acadêmico dos discentes, corroborando para que estes não necessitem buscar atividades remuneradas no mercado de trabalho local.

O PBP foi instituído pela Instrução normativa nº. 05/2009, que cumpre a finalidade de conceder bolsas a acadêmicos que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio econômica, dividindo-se nas modalidades de bolsa alimentação no valor de R\$ 130,00, bolsa transporte no valor de R\$ 70,00 e bolsa moradia no valor de R\$ 200,00, totalizando R\$ 400,00, podendo os beneficiários acumular duas ou todas as modalidades.

Esse é o principal programa da instituição, que contempla o maior número de discentes entre os programas da Política de Assistência Estudantil, possibilitando a

melhoria do desenvolvimento acadêmico e permanência desses discentes, os quais, que teriam maiores dificuldades em concretizar a graduação, ou, provavelmente, acabariam abandonando-a. Nesse caso, sendo a educação superior um direito do cidadão previsto na Constituição Federal de 1988, as políticas de assistência devem ser implementadas com o intuito de garantir além do acesso, a permanência destes na universidade.

Além disso, a pesquisa de Rios (2011, p.72) mostra que “A maioria dos alunos estabelece uma relação direta e profícua entre a bolsa PBP e o seu rendimento acadêmico e reconhece a contribuição dos valores recebidos.” Assim, o programa esta conseguindo alcançar, em partes, o seu objetivo.

Ressalta-se que no PBP, para continuar a ser beneficiário, o discente contemplado ainda deve dar contrapartidas, previstas na Instrução Normativa nº05/09 da UNIPAMPA que dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa:

Art. 8º - Os critérios para inscrição no Programa Bolsas de Permanência são:
I - Estar regularmente matriculado em curso de graduação da UNIPAMPA em, no mínimo, 20 horas/aula semanais, exceto os formandos;
II – Nos casos de renovação, apresentar desempenho acadêmico satisfatório, obtendo aprovação em, no mínimo, 60% dos créditos matriculados no semestre anterior e não tendo reprovação por frequência em nenhuma disciplina no semestre anterior;

Percebe-se que não é imposta a lógica universalista das políticas sociais, esta adentra na lógica de meritocracia, onde o os beneficiários devem ser os mais pobres entre os pobres e ter um bom desempenho acadêmico. Mas a contrapartida já reside no fato do beneficiário ser discente da universidade, pois o desempenho acadêmico insatisfatório pode estar ligado a fatores não relacionados com a questão financeira, como por exemplo, os fatores psicológicos, sociais, intrafamiliares e culturais. Por isso a necessidade da avaliação do Assistente Social durante o semestre letivo.

O Programa de Apoio à Instalação Estudantil surgiu após a UNIPAMPA adotar como forma de ingresso o Sistema Único de Seleção (SISu), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa forma de seleção colaborou na democratização do acesso à universidade, assim o percentual de discentes ingressantes oriundos de outros estados do país cresceu em nível significativo, por isso a gestão da UNIPAMPA criou esse programa para beneficiar os ingressos na universidade que tenham residência fixa distante em no mínimo 500 quilômetros (KM)

da cidade sede do campus, que consiste no repasse em dinheiro no valor de uma parcela das três modalidades do PBP, a fim de auxiliar a instalação dos acadêmicos na cidade onde realizarão a graduação.

Devido à estrutura multicampi da universidade, criou-se em cada campus uma estrutura para trabalhar a Política de Assistência Estudantil na instituição, estando alocados profissionais de Serviço Social na composição dos recursos humanos para este objetivo. Assim o próximo capítulo demonstra sobre o Serviço Social no campus São Borja dessa instituição, sua organização e como se desenvolve o processo de trabalho desse profissional nesse espaço sócio ocupacional.

4 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS SÃO BORJA

Este capítulo traz um breve contexto histórico da profissão e a inserção do profissional Assistente Social e seu processo de trabalho no espaço ocupacional UNIPAMPA campus São Borja.

4.1 O Serviço Social Hoje

Diante das transformações que vem ocorrendo na sociedade e devido ao capitalismo cada vez mais acirrado, o profissional do assistente social também passa por uma nova reconfiguração. A realidade social e o desenvolvimento teórico-prático põem a formação profissional em Serviço Social na cena contemporânea da sociedade brasileira.

O Serviço Social “*é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade*”(IAMAMOTO, 2007, p. 22) surgindo quando da necessidade do Estado em dar resposta às formas de desigualdade social inerentes da organização social do modo de produção capitalista, já que esse traz à tona a contradição da relação das categorias capital e trabalho, pois enquanto aumenta a socialização na produção de riquezas, contraditoriamente aumenta a concentração privada dessas riquezas produzidas. Isso tem como resultado a questão social, que suas múltiplas expressões são o objeto de trabalho do Assistente Social.

A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de CARVALHO e IAMAMOTO (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção

e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

A questão social representa uma perspectiva de análise da sociedade. Isto porque não há consenso de pensamento no fundamento básico que constitui a questão social. Em outros termos, nem todos analisam que existe uma contradição entre capital e trabalho. Ao utilizarmos, na análise da sociedade, a categoria questão social, estamos realizando uma análise na perspectiva da situação em que se encontra a maioria da população – aquela que só tem na venda de sua força de trabalho os meios para garantir sua sobrevivência. É ressaltar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos, nas condições de vida; é analisar as desigualdades e buscar forma de superá-las. É entender as causas das desigualdades, e o que essas desigualdades produzem, na sociedade e na subjetividade dos homens.

Para poder intervir na questão social, os profissionais do Serviço Social têm como princípio e compromisso ético-político, que consta no código de ética dos Assistentes Sociais (1993), a ampliação e consolidação da cidadania, que deve ser considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Outros princípios defendidos e propostos pela profissão do Serviço Social são: o posicionamento em favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

Para que os profissionais de Serviço Social intervenham na sua prática cotidiana e institucional, tendo como referência os princípios ético-políticos da profissão, faz-se necessária identificar e desvelar, na realidade, a questão social e suas múltiplas manifestações. A realidade está em processo contínuo de transformação e pode-se pensar, que no seu deciframento, os assistentes sociais devem “construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

Em geral, o Assistente Social tem uma formação crítica embasada nas várias áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas, que permite uma visão da realidade na perspectiva da totalidade, percebendo a historicidade e as contradições inerentes da realidade concreta.

O profissional de Serviço Social tem sido requisitado para trabalhar na política de Educação para atuar na elaboração e execução de programas sociais governamentais e não governamentais, na isenção das taxas de inscrição e destinação de bolsas de estudo, na política de cotas e ações afirmativas, nos processos de elegibilidade para ingresso na educação infantil, na elaboração de critérios para a concessão de crédito estudantil ou descontos na mensalidade, nas condicionalidades educacionais dos programas de transferência de renda, na consolidação da educação inclusiva, no trabalho preventivo de evasão, drogas e alcoolismo, entre diversas outras demandas. (ALMEIDA, 2011).

O trabalho dos assistentes social nas instituições federais de ensino superior está relacionado à viabilização e garantia de direitos sociais no âmbito da educação, perante as expressões da questão social na vida dos estudantes, que coloquem limites à permanência dos estudantes na sua vida acadêmica.

A sua atuação deve ser voltada para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo através dos programas sociais que se concretiza a garantia dos direitos sociais, no caso o direito à educação. Faz-se importante que o profissional tenha clareza que garantir o direito a educação vai muito além da promoção do acesso aos níveis de escolarização.

4.2 O Serviço Social na UNIPAMPA campus São Borja: Desvelando o processo de trabalho

O trabalho dos assistentes social nas instituições federais de ensino superior está relacionado à viabilização e garantia de direitos sociais no âmbito da educação, perante as expressões da questão social na vida dos estudantes, que coloquem limites à permanência dos estudantes na sua vida acadêmica. A sua atuação deve ser voltada para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo através dos programas sociais que se concretiza a garantia dos direitos sociais, no caso o direito à educação. Faz-se importante que o profissional tenha clareza que garantir o direito a educação vai muito além da promoção do acesso aos níveis de escolarização.

No Ensino Superior, desde a implantação da política nacional de assistência estudantil, vem aumentando a demanda por profissionais de Serviço Social. Especificamente nas Universidades e Institutos federais o assistente social entre suas atribuições, está à realização do planejamento, execução e avaliação da política de assistência estudantil.

Sendo o assistente social o profissional responsável pelo acesso dos estudantes aos benefícios sociais ofertadas pela assistência estudantil, sendo uma política seletiva e focalizada, o profissional deve selecionar quais alunos serão contemplados com os serviços, realizando esta escolha através de análises e avaliações socioeconômicas, utilizando instrumentos de trabalho como o questionário socioeconômico, análise documental, reuniões, entrevistas individuais e visitas domiciliares.

O Assistente Social na sua atuação dentro da política de educação deverá contribuir para a intensificação da luta pela educação como direito social, através do acesso universal e da garantia de políticas sociais para garantia da permanência e conclusão dos estudos, entendendo a Educação como emancipatória.

A inserção de Assistentes Sociais na Universidade Federal do Pampa se deu no ano de 2010 através de concurso público, e no campus São Borja a profissional atuava ligada à secretaria acadêmica, sendo que não existia uma sala própria para a profissional, precarizando o trabalho desta, pois sua maior demanda era a avaliação do PBP, portanto uma sala para suas atividades apresentava-se como fundamental, pois de acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), é direito do Assistente Social manter sigilo profissional (CFESS, 2011), como também a Resolução nº 493/2006 que no seu art. 1º impõe a obrigatoriedade de espaço físico para atendimento dos usuários do Serviço Social (CRESS, 2009).

Em 2011, a partir da portaria número 1.564/2011 da UNIPAMPA, que instituiu a estrutura organizacional da universidade, foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) nos campus, como órgão responsável pelo atendimento de docentes e discentes do campus na área do desenvolvimento educacional, visando a qualidade do trabalho pedagógico e estudantil.

Esse espaço trabalha a partir das demandas apresentadas na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino/aprendizagem, bem como o acesso e permanência na instituição.

Atualmente compõe o NuDE no campus São Borja, dois Assistentes Sociais, na divisão de apoio aos assuntos Estudantis e Comunitários, uma técnica em assuntos

educacionais, e uma pedagoga, estando alocados em espaço próprio, que conta com duas salas, sendo uma utilizada pelos profissionais de Serviço Social para atendimentos aos usuários.

Há um avanço na criação de um núcleo que integre uma seção para a implementação da Política de Assistência Estudantil, pois facilita o desenvolvimento de um trabalho articulado, inclusive com profissionais da outra divisão, sendo que a atuação multidisciplinar se dá no NuDE em algumas ações em conjunto, como em realização de pesquisas, como por exemplo, a pesquisa sobre o perfil dos ingressos e a evasão no campus, a recepção aos ingressos na universidade, atendimento geral aos discentes e também na realização de atividades como o projeto de extensão “Conhecendo a UNIPAMPA: um incentivo aos alunos do ensino médio de São Borja”.

Esse último projeto traz aos estudantes do ensino médio da cidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica, informações sobre o que é universidade, método de ingresso a UNIPAMPA campus São Borja e quais os cursos existentes, colaborando com a democratização do acesso ao ensino superior, incentivando uma parcela da população que historicamente esteve à margem dessa modalidade de ensino, ingressarem na mesma.

O profissional de Serviço Social na UNIPAMPA objetiva contribuir para a permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico dos usuários, através de programas e projetos assistenciais que intervenham nas questões, principalmente socioeconômicas, que dificultem ou impeçam a materialização do direito a educação desses.

Conforme Marx, o processo de trabalho é integrado pelos seguintes elementos: “[...] 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (1998, p. 202). O trabalho, em Marx (1998), representa um processo no qual o homem/a mulher interagem com a natureza, colocando a força de seu corpo em ação, no intuito de apropriar-se dos seus recursos. A natureza é considerada o terreno dos valores-de-uso sociais, na forma de natureza produzida pelo(a) homem/mulher, ou seja, modificada, a fim de atender às necessidades humanas. O valor-de-uso representa “[...] uma matéria adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado” (MARX, 1985, p. 151).

O trabalho, portador de projetos a realizar, transforma, concomitantemente, o ser

humano e a natureza: “[...] é atividade racional orientada para um fim, à produção de valores-de-uso, à assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas” (IAMAMOTO, 2006, p. 40). O trabalho, exclusivamente humano, é portador de um ideal projetado pelo(a) homem/mulher, prefigurado em suas mentes, antes de transformar a natureza. É isto que diferencia o ser humano dos demais animais.

Nessa perspectiva, os seres humanos, considerados criaturas naturais, dotados de uma base orgânica, interagem com objetos da natureza orgânica e inorgânica, na finalidade de atender à satisfação de suas necessidades e, através da transformação da forma natural, produzem valores-de-uso, sendo capazes de “[...] dar respostas prático-conscientes aos seus carecimentos”. Essas respostas aos seus carecimentos produzem, através do trabalho, mercadorias, ou seja, coisas que servem para satisfazer às necessidades humanas de qualquer espécie, “[...] seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”(MARX, 1998, p. 57).

O objeto de trabalho constitui, pois, todas [...] “as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural” (MARX, 1998, p.212). A matéria-prima é tudo aquilo que é filtrado, modificado através de trabalho anterior. Sendo assim, Marx alerta que toda [...] “matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima” (1998, p. 212).

O meio de trabalho representa um complexo de coisas, arsenal ou instrumental que se encontra entre si e o objeto de trabalho e que serve para o ser humano dirigir a sua atividade sobre o objeto. Conforme Marx, os meios de trabalho “[...] são todas as condições materiais, seja como for, necessárias à realização do processo de trabalho” (1998, p. 214). Sem essas condições materiais, o trabalho fica impossibilitado de realizar-se. A utilização e a fabricação dos meios de trabalho caracterizam o trabalho humano, denunciam o desenvolvimento da força humana de trabalho e indicam as condições em que o trabalho se realiza.

O produto é resultado e condição de existência do processo de trabalho. É resultado da apropriação, pelo trabalho vivo, capaz de tirar a matéria-prima da inércia, transformando-a em valores-de-uso, que cria e movimenta o consumo produtivo e individual. O consumo individual gasta os produtos como meios de vida para o indivíduo e o consumo produtivo; gasta-o como meios que permitem funcionar a força de trabalho, posta em ação pelo indivíduo.

O processo de trabalho é, então, uma atividade orientada a um fim, que agirá sobre o objeto de trabalho ou matéria-prima, modificando-a através de seu instrumental de trabalho e da capacidade teleológica, inerente ao trabalho exclusivamente humano. Tem, pois, como finalidade, apropriar-se de elementos naturais para a satisfação das necessidades humanas, o que agrega valores-de-uso ao produto, que é resultante do término do processo de trabalho e delator das condições e período de desenvolvimento em que o trabalho se realiza.

O trabalho do(a) Assistente Social é constitutivo de um processo de trabalho construído historicamente e socialmente determinado pelo jogo de forças que compõe uma dada totalidade social. A inserção do trabalho do(a) Assistente Social no processo de trabalho coletivo é caracterizada pela forma particular de serviço que se efetiva em espaços institucionais.

A partir dessa compreensão, reafirma-se, portanto, o Serviço Social como trabalho especializado, que se expressa sob forma de serviços, os quais são produtos do processo de trabalho do(a) Assistente Social e que interferem na reprodução material da força de trabalho (idem). A prestação de serviços, viabilizada por meio do processo de trabalho do qual o(a) Assistente Social participa, no âmbito institucional, tem um valor-de-uso, ou seja: “O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado” (MARX, 1985, p. 151). Além disso, essa prestação de serviços tem um consumo privado pelos(as) seus(suas) potenciais usuários(as), e um valor de troca – que representa o preço pago por esse serviço no mercado de trabalho.

O trabalho, realizado na prestação de serviços sociais, seja de fundo público ou privado, é guiado, por um lado, pela seguinte lógica: 1) a reprodução da força de trabalho a menor custo, pois antes viabilizar benefícios sociais do que aumentar o valor do preço do trabalho oferecido através da venda da força de trabalho do(a) trabalhador(a), o que significa diminuir os lucros do capitalista, já que é a apropriação do trabalho excedente a substância da acumulação do capital; 2) a prestação de serviços sociais ou, em outra linguagem, benefício social, é encarada como ampliação do campo de investimento. Desta forma, a qualidade dos serviços sociais subordina-se à rentabilidade das empresas, via abatimento de impostos, o que atrela as necessidades humanas às necessidades de reprodução do capital; 3) os serviços sociais contribuem para manter a paz social necessária à potencial exploração do trabalho.

Assim, no campo de estagio os instrumentais utilizados são: a Observação participante, a entrevista individual, a reunião, o relatório social, o parecer social, o livro de registro e as visitas domiciliares que quando necessárias são realizadas. A atuação multidisciplinar se dá no núcleo em algumas ações em conjunto, como em realização de pesquisas, e se há também a atuação individual de cada profissional quando se trata de ações específicas de suas áreas.

Materializando o processo de trabalho dos Assistentes Sociais na UNIPAMPA, conforme estágio realizado na instituição temos como matéria prima do processo de trabalho as relações sociais, a realidade social, os sujeitos sociais e a questão social.

Visualizar o objeto de trabalho do Assistente Social é sempre um desafio, afinal são as refrações da questão social e suas manifestações na sociedade. Para que os profissionais de Serviço Social intervenham na sua prática cotidiana e institucional, tendo como referência os princípios ético-políticos da profissão, faz-se necessária identificar e desvelar, na realidade, a questão social e suas múltiplas manifestações. Na assistência estudantil esse objeto se apresenta de diversas formas. A mais latente na assistência estudantil é a vulnerabilidade econômica, que abrange boa parte dos acadêmicos.

Os meios de trabalho utilizados pelo Assistente Social na UNIPAMPA São: salas, computadores, telefone, carro institucional, papel, caneta, livros e a estrutura institucional.

As ferramentas utilizados pelo profissional é a mediação, diálogo, reflexões, proposições, as articulações tanto interna com externa, planejamento, entrevistas, análises documentais, registros, elaboração de projetos, laudos e estudos sociais e visitas domiciliares quando necessário.

Esse processo de trabalho é balizado pelas Leis de regulamentação da profissão e o Código de ética profissional que dão suporte para o agir profissional. Ou seja em cada parte desse processo deve –se ter um cuidado minucioso em atender o que esta sendo demandado pelo usuário.

A imagem do serviço social no campus é ligada ao repasse de bolsas, por isso um dos objetivos da profissional é desmistificar esse conceito, dando visibilidade a possíveis atuações da profissão em outros casos, como apoio ao movimento estudantil e a participação em eventos, a mediação para o acesso a saúde, lazer e cultura, entre outros.

Como em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, o processo de trabalho nos remete muitas vezes a reflexões e para os Assistentes Sociais não é diferente, pois refletir sobre a nossa prática profissional é sempre necessário, mantendo o compromisso com o projeto ético-político e com a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado no início deste Trabalho Final de Graduação, a temática desenvolvida foi motivada pelo processo de desenvolvimento do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II que ocorreu junto ao NuDE da Universidade Federal do Pampa campus São Borja.

Para contemplar os objetivos do trabalho foi feito um resgate da política educacional no cenário brasileiro desde o tempo da colonização o que permitiu visualizar as raízes dessa política, um tanto quanto exclusividade das classes dominantes.

O acesso à educação formal se constitui em uma das principais reivindicações da classe trabalhadora, o direito à educação possibilita a aquisição do conhecimento produzido pela humanidade, o qual não se restringe aos estabelecimentos formais de ensino, contudo, os saberes repassados por essas instituições não podem ser desconsiderados no processo de formação dos sujeitos políticos.

Buscou-se realizar uma reflexão sobre a política de Assistência Estudantil no cenário brasileiro e como ela está organizada na UNIPAMPA campus São Borja.

O campus São Borja conta com a PRAEC, que coordena a política de Assistência Estudantil nos dez campi da UNIPAMPA, e em cada campus um núcleo que trata da divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários que é o NuDE.

É neste espaço sócio ocupacional que se desenvolveu estágio supervisionado I e II, e nesse período verificou-se a necessidade de explicitar o processo de trabalho do Assistente Social, pois nota-se que é grande ainda a ligação do profissional dentro da instituição a concessão de bolsas porém outros serviços realizados pelo núcleo não e o processo de trabalho do Assistente Social não é visualizado em sua totalidade.

A inserção do Serviço Social na educação representa a ampliação do conceitode educação, através do reconhecimento de que processos não estritamente ligados ao ensino-aprendizagem interferem na materialização do direito à educação.

Embora a assistência estudantil tenha intenção de ser inclusiva e busque a igualdade de oportunidades para a conclusão do curso superior, não parece que essa igualdade possa ser alcançada somente com ações ou mesmo com políticas de assistência estudantil, já que existem defasagens educacionais e culturais que interferem negativamente na trajetória acadêmica do estudante. Para transpor esses obstáculos seriam necessários investimentos em outros segmentos da educação no sentido que estes tenham maior efetividade. Não há como, somente na educação superior, se suprir tantas defasagens e buscar igualdade onde há tantas dificuldades a serem superadas.

Na política de educação, a assistência tem o papel de mobilizar de recursos de forma a garantir a permanência e o percurso dos estudantes socialmente diferenciados no processo de formação profissional.

Assim sendo, a condição sócio-econômica deixaria de ser uma variável negativa ou mesmo impeditiva do percurso universitário e, independentes dela, todos os estudantes poderiam ter igual acesso ao saber e à produção do conhecimento nesta Instituição de Ensino Superior.

Compreender a assistência estudantil como parte da Política Educacional significa assegurar um componente mobilizador da educação, cujo acesso pode e deve se estender igualmente a todos os segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, Ney L. T. **Educação Pública e Serviço Social**. IN Revista Serviço Social e Sociedade nº 63. São Paulo: Cortez, 2000.

ALVES, Jolinda Moraes. **A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. Serviço Social em Revista**. V. 5, N. 1. Jul/dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>> Acesso em: 09/10/ 2013.

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília; 2011.

ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Assistência Estudantil e Aspectos Epistemológicos, Conceituais e Operacionais**. In: **47ª Reunião Ordinária do FONAPRACE**, 2010, Brasília.

BACKX, Sheila. **O serviço social na educação**. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (orgs.). **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5.Ed. Cortez. São Paulo. 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: MEC, ago. 2007.

_____. **Lei 11.640**, Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. 11 Jan. Brasília: 2008.

_____. **Ministério da Educação. O PNE 2011-2020: Metas e estratégias**.

Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf
Acesso em: 10/10/2013.

_____. **Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: 2007.

_____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Brasília: 2010.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília: 2007.

CARVALHO, Raul de & IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do Ensino Superior no Brasil. *In* **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CAVA, Bruno. **Muito além da assistência estudantil**. Disponível em:<http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2216>. Acesso em:16 nov. 2013.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta**. Brasília, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Lei nº 8662, Regulamentação da profissão de Assistente Social IN **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Palmarinca/Da casa, Porto Alegre; 2009.

_____, Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais IN **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Palmarinca/Da casa, Porto Alegre; 2009.

_____, Resolução CFESS nº 493/06, Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social IN **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Palmarinca/Da casa, 2009. 73

DURHAM, Eunice Ribeiro (1984). **Movimentos sociais: A construção da cidadania**. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, 2 (10): 24-31

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Brasília, 2004.

_____. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: TC editora; 2011.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007/2008. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 13/04/2013.

FRIGOTTO, G (Org). **A cidadania Negada- políticas de exclusão na educação e no trabalho**, 5ª ed. São Paulo: Cortez, CLACSO, 2011.

GADOTTI, M. Concepção dialética de educação e educação brasileira contemporânea. **Educação e Sociedade**. CEDES, nº 8. São Paulo: Cortez, 1981.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. -São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XX- nº. 62. - São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUCRS. Porto Alegre, 2012.

LEWGOY, Alzira B. MACIEL, Ana. L. S. Reflexões acerca do ensino a distância na formação em Serviço Social. In: **Revista Temporalis**. N.15, Ano VII, jan/jun de 2008. Brasília: ABEPSS, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. São Paulo, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde>>. Acesso em: 08/10/2013.

_____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 08/04/ 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

_____. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, Fausto. **A assistência estudantil é o meio essencial para fazer com que o estudante continue na universidade.** Disponível

em:<<http://juventudeempauta.blogspot.com/2008/03/assistencia-estudantil-o-meio-essencial.html>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

NOVAIS. L. C. C. et al. **Serviço Social na Educação:** uma inserção possível e necessária. Brasília, set. 2001.

NuDE, Núcleo de Desenvolvimento Educacional da UNIPAMPA campus São Borja. **Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja:** Diagnóstico e Direcionamentos. São Borja; 2012.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: **A Educação Superior no Brasil.** Brasília: CAPES, 2002.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social:** do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. Desigualdade de acesso e permanência na universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares. IN **Linguagens, Educação e Sociedade.** Teresina, Ano 12, n. 16, jan./jun. 2007.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição.** 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

RIOS, Rafaela. **Avaliação do programa bolsas de permanência da Universidade Federal do Pampa por seus usuários.** Monografia (Especialização em Gestão Pública). UFSM. Santa Maria, 2011.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento,

instrumentalidade e intervenção profissional IN **Emancipação**, ed.8; pag. 119-132. Ponta Grossa, 2008.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, M. A. P.; CASTRO, G. D.; PICOLLO, L. R. Adaptação à universidade em estudantes universitários: um estudo correlacional. **Interação em Psicologia**, v.11, n.2, p. 221-220, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Instrução normativa n.03/2009**, de 31 de março de 2009. Dispõe sobre o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico da Universidade Federal do Pampa (PBDA). Disponível em:<http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44-instrucoes-normativas>. Acesso em 06/04/2013.

_____. **Instrução normativa n.05/2009**, de 19 de maio de 2009. Dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa (PBP). Disponível em:<http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44-instrucoes-normativas>. Acesso em 06/04/2013.

_____. Sistema de Bibliotecas. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos – conforme normas da ABNT**. Bagé: 2011.

_____. **Portaria n.1564/2011**. Institui a estrutura organizacional da Universidade Federal do Pampa. Bagé. 2011.

_____. **Projeto Institucional 2009**. Bagé, 2009.

_____. **Relatório de gestão do campus São Borja - 2012**. São Borja, 2013.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006.